

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região do Xingu e da maioria de seus municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Pacajá (83,8%), Anapu (91,2%), Porto de Moz (91,8%) e Placas (94,1%). Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção do município de Placas que apresentou uma taxa de 86,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1,5% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Pacajá (7,6%) e Placas (5,7%). No ensino médio, apenas um município registrou taxa de reprovação, Altamira com 0,2%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil (1%) e da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 3,2% de abandono. O município de Pacajá (8,6%), Porto de Moz (8,2%) e Anapu (7,9%), registraram os maiores percentuais da região. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 2,0%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com o município de Placas, com 13,6% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	98,2	95,0	0,8	2,7	1,0	2,3
Pará	97,7	99,2	0,6	0,1	1,7	0,7
Xingu	95,3	98,0	1,5	0,0	3,2	2,0
Altamira	99,7	99,7	0,0	0,2	0,3	0,1
Anapu	91,2	100,0	0,9	0,0	7,9	0,0
Brasil Novo	99,6	100,0	0,1	0,0	0,3	0,0
Medicilândia	99,1	98,6	0,2	0,0	0,7	1,4
Pacajá	83,8	99,5	7,6	0,0	8,6	0,5
Placas	94,1	86,4	5,7	0,0	0,2	13,6
Porto de Moz	91,8	99,5	0,0	0,0	8,2	0,5
Senador José Porfírio	97,6	98,9	0,0	0,0	2,4	1,1
Uruará	96,4	98,4	0,6	0,0	3,0	1,6
Vitória do Xingu	100,0	99,3	0,0	0,0	0,0	0,7

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, o município de Porto de Moz atingiu as maiores taxas de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental (46,6%), quanto no ensino médio (61,9%). O município de Uruará obteve a menor taxa no ensino fundamental (21,1%) e Altamira a menor taxa no ensino médio (33,4%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 – Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	16,2	15,5	26,2	26,2
Pará	28,6	27,5	46,5	45,2
Xingu	31,4	30,0	46,1	47,6
Altamira	24,4	23,8	32,1	33,4
Anapu	34,5	33,6	47,2	49,4
Brasil Novo	22,7	21,7	38,9	38,5
Medicilândia	34,1	32,5	46,3	48,3
Pacajá	38,2	36,4	51,0	52,9
Placas	27,6	23,1	35,2	41,4
Porto de Moz	48,2	46,6	62,0	61,9
Senador José Porfírio	33,1	34,9	53,9	56,7
Uruará	22,5	21,1	43,0	43,2
Vitória do Xingu	28,4	26,5	51,7	50,6

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil de 15,88 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2019, foi ligeiramente superior à taxa do Pará, 15,14. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Porto de Moz (27,34) e Medicilândia (24,44) e os que obtiveram os menores índices, Vitória do Xingu (8,22) e Brasil Novo (9,23).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2020, constavam 618 agentes, proporção de cobertura de 76,20%, menor que a do estado do Pará, 76,46%, ressaltando-se que apenas os municípios de Placas (14,18%), Senador José Porfírio (34,53%), Altamira (44,16%) e Vitória do Xingu (72,19%) não possuíam 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, havia 71 equipes implantadas na região, equivalentes à uma proporção de cobertura média de 63,51%, superior à apresentada pelo estado, de 57,64%. Dentre os municípios, até dezembro de 2020, apenas Brasil Novo alcançou 100% da cobertura, cabendo o destaque negativo para Senador José Porfírio, com cobertura de 29,59%, Placas, com 33,41% e Pacajá, com 43,39%.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	15,88
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	76,20
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	63,51
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	13
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,24
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,97

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Xingu contava, em 2020, com 13 hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público da Transamazônica, inaugurado em 2006, em Altamira, que possui perfil de atendimento em mais de vinte especialidades médicas, concentrando a oferta de serviços de média e alta complexidade não disponibilizados por outras unidades da rede pública na região e o Hospital de Campanha Covid-19 de Altamira, criado para auxiliar nos atendimentos dos casos de Covid-19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa observada pela RI, em 2020, foi de 3,24, superior à do Pará, de 2,55. Resultado oposto em relação à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na RI (1,97) foi menor que à taxa do estado (2,03).

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Xingu. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Xingu, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 18,7% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,2%, e com coleta de lixo, era de 50,2%. As coberturas dos três serviços eram menores na região do que no estado, no ano em questão, destacando-se os percentuais para abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estavam bem abaixo das proporções nacional e estadual.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010.